Relatório da Administração

Apresentação
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho
No primeiro semestre de 2020 a Filial apresentou um prejuízo líquido de R$ 1,5 milhões, *versus* um lucro líquido de R$ 33,1 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2019. A variação no período reflete, principalmente, a diminuição no resultado da intermediação financeira.
Apesar do cenário adverso imposto pela pandemia do COVID-19 durante todo primeiro semestre de 2020, seja do ponto de vista econômico ou social, as atividades operacionais do ING se mantiveram sem impactos financeiros significativos, buscando a preservação do valor justo dos Ativos e Passivos e a continuidade dos negócios.
Em 30 de junho de 2020 a Filial possui títulos privados classificados como "mantidos até o vencimento". Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular nº 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia
A Filial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, e de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,58%.

Gerenciamento de riscos
A Filial possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 e Circular nº 3.930/19 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no *sítio* da instituição na *internet*, no https://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil.

Agradecimentos
A Filial agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 30 de setembro de 2020.
A Diretoria.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Jun/2020	Dez/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	**10.990.628**	7.490.404
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		**2.835.374**	1.647.454
Carteira própria		**769.232**	724.887
Vinculados à prestação de garantias	6	**24.618**	618.434
Instrumentos financeiros derivativos	7	**2.041.524**	304.133
Relações interfinanceiras		**928**	811
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central do Brasil		**868**	741
Correspondentes		**60**	70
Operações de crédito	8	**957.033**	938.291
Operações de crédito - setor privado		**259.682**	257.634
Financiamentos - setor privado		**703.908**	689.223
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)		**(6.557)**	(8.566)
Outros créditos		**42.877.931**	30.231.001
Carteira de câmbio	9	**42.653.807**	30.076.388
Rendas a receber		**8.206**	7.768
Negociação e intermediação de valores		**10.880**	20.885
Diversos	10	**317.036**	175.489
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	8	**(111.998)**	(49.529)
Outros valores e bens		**545**	253
Despesas antecipadas		**545**	253
Créditos tributários	11	**100.012**	97.278
Investimentos		**65**	65
Outros investimentos		**65**	65
Imobilizado de uso		**4.837**	7.770
Outras imobilizações de uso		**6.288**	9.574
(-) Depreciações acumuladas		**(1.451)**	(1.804)
Intangível		**3.196**	736
Ativos intangíveis		**4.279**	901
(-) Amortização acumulada		**(1.083)**	(165)
Total do ativo		**57.770.549**	40.414.063

Passivo	Nota	Jun/2020	Dez/2019
Depósitos	12	**2.640.828**	2.420.952
Depósitos à vista		**998**	473
Depósitos interfinanceiros		**401.926**	276.909
Depósitos a prazo		**2.237.904**	2.143.570
Relações interdependências		**1.531**	21.002
Recursos em trânsito de terceiros		**1.531**	21.002
Obrigações por empréstimos	13	**14.714.515**	9.626.826
Empréstimos no exterior		**14.714.515**	9.626.826
Instrumentos financeiros derivativos		**1.470.839**	498.085
Instrumentos financeiros derivativos		**1.470.839**	498.085
Outras obrigações		**38.226.298**	27.129.438
Carteira de câmbio	9	**38.166.205**	26.975.902
Fiscais e previdenciárias	14	**26.551**	49.336
Negociação e intermediação de valores		**117**	105
Diversas	15	**33.425**	104.095
Provisões	16	**48.462**	47.303
Resultados de exercícios futuros		**1.669**	2.630
Resultados de exercícios futuros		**1.669**	2.630
Patrimônio líquido	18	**666.407**	667.827
Capital:			
De domiciliados no exterior		**489.835**	458.260
Aumento de capital		**-**	31.575
Reserva de capital		**4.676**	4.550
Reserva de lucros		**173.442**	173.442
Prejuízos acumulados		**(1.546)**	-
Total do passivo		**57.770.549**	40.414.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	458.260	-	4.218	36.810	99.754	-	599.042
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	33.134	33.134
Outras reservas	-	-	195	-	-	-	195
Saldos em 30 de junho de 2019	458.260	-	4.413	36.810	99.754	33.134	632.371
Saldos em 31 de dezembro de 2019	458.260	31.575	4.550	40.511	132.931	-	667.827
Lucro líquido do semestre	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.546)**	**(1.546)**
Aumento de capital	**31.575**	**(31.575)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras reservas	**-**	**-**	**126**	**-**	**-**	**-**	**126**
Saldos em 30 de junho de 2020	**458.260**	**31.575**	**4.676**	**40.511**	**132.931**	**1.546**	**666.407**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários (incluindo a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável, quando aplicável), instrumentos financeiros derivativos e crédito tributário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras
Com base na Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos: (i) mudanças na apresentação do balanço patrimonial dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade; (ii) abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; (iii) balanço patrimonial passa a ser apresentado comparativamente ao exercício social imediatamente anterior e, (iv) inclusão da Demonstração de Resultado Abrangente.
O quadro abaixo apresenta as reclassificações feitas no balanço patrimonial advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019:

31/12/2019				
Balanço patrimonial	Saldo anterior	Reclassi-ficações	Saldo atual	Alteração de nomenclatura
Disponibilidades	4.524	7.485.880	7.490.404	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.485.880	(7.485.880)	-	Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários	1.647.454	-	1.647.454	Títulos e valores mobiliários
Relações interfinanceiras	811	-	811	Relações interfinanceiras
Operações de crédito	938.291	-	938.291	Operações de crédito
Outros créditos	30.328.279	(97.278)	30.231.001	Outros créditos
Outros valores e bens	253	-	253	Outros valores e bens
Créditos tributários	-	97.278	97.278	Créditos tributários
Investimentos	65	-	65	Investimentos
Imobilizado de uso	7.770	-	7.770	Imobilizado de uso
Intangível	736	-	736	Intangível
Total do ativo	40.414.063	-	40.414.063	Total do ativo
Depósitos	2.420.952	-	2.420.952	Depósitos
Relações interdependências	21.002	-	21.002	Relações interdependências
Obrigações por empréstimos	9.626.826	-	9.626.826	Obrigações por empréstimos
Instrumentos financeiros derivativos	498.085	-	498.085	Instrumentos financeiros derivativos
Outras obrigações	27.176.741	(47.303)	27.129.438	Outras obrigações
Provisões	-	47.303	47.303	Provisões
Resultado de exercícios futuros	2.630	-	2.630	Resultado de exercícios futuros
Patrimônio líquido	667.827	-	667.827	Patrimônio líquido
Total do passivo	40.414.063	-	40.414.063	Total do passivo

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa
Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez, que fazem parte dos itens de caixa e equivalentes de caixa, são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Administração do Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, que envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando metodologias e premissas utilizadas, quando aplicável.
Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.
Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do semestre.
Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do semestre quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.
Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Banco não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.
As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do semestre.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:
- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), além disso, envolvem premissas e julgamentos da Administração baseados em metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa quanto à essas perdas.
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente
Atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o exercício de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações
Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no semestre.
Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.
De acordo com a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019, a partir de 1º de março de 2020, a alíquota da contribuição social foi majorada a 20%, e por isso a contribuição social diferida foi constituída considerando esta alíquota para tudo que apresenta realização a partir dessa data.

j) Apuração de resultado
As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério *"pro rata temporis"* para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações
Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue:
Risco de mercado - é definido pelo risco de mudança de taxas e preços no mercado financeiro que possam reduzir o valor do portfólio afetando de forma negativa os resultados do conglomerado. Esses riscos são provenientes da atividade de *trading* que pode ter posições sem *hedge* abertas no mercado ou com *hedges* imperfeitos.
O gerenciamento e monitoramento do risco de mercado compreende a análise de métricas capazes de mensurar o risco, estabelecer limites e divulgar informações como *VaR*, *Basis Point Value* (BPV), exposição cambial (*FX Delta)*, *stress test* e *backtest*. O controle é feito de forma independente das áreas de negócio e as informações são divulgadas diariamente, reportando toda e qualquer mudança no portfólio.
Análise de sensibilidade - O Balanço Patrimonial está sujeito à variação dos fatores de risco de mercado decorrentes da atividade de intermediação financeira e de negociação por conta própria da instituição. A exposição a risco de mercado é gerenciada pela área de *Financial Markets*, que desempenha a função de primeira linha de defesa, e monitorada de forma independente pela área de Risco de Mercado, como segunda linha de defesa, observando-se limites preestabelecidos revisados periodicamente para assegurar alinhamento ao apetite de risco da organização. Os fatores de risco a que a instituição está atualmente sujeita abrangem exposição à variação cambial e variação das taxas de juros das moedas negociadas, que, no caso da filial brasileira do ING Bank N.V., concentram-se primariamente em dólares americanos, euros e reais. A atividade da instituição não envolve, no momento, posições em produtos não lineares, como opções de moeda e juros.
i. O *Value-at-Risk* é uma métrica estatística que mensura a perda percentual da carteira do Conglomerado sujeita a riscos de mercado, ou seja, a riscos de flutuação de taxas de juros ou taxas de câmbio. Representa a perda máxima dentro de um período e nível de confiança determinados.
O conglomerado ING *Bank* do Brasil segue a metodologia global padrão da organização, sendo esta a simulação histórica com a amostra de um ano, horizonte de tempo de um dia e 99% de nível de confiança.

Valores em milhares de Reais	Dez/2019	Jun/2020
VaR taxas de juros	1.741	**3.492**
VaR moeda estrangeira	318	**7**
VaR fechamento do semestre	1.754	**3.519**
VaR máximo do semestre	2.419	**4.015**
VaR mínimo do semestre	1.090	**653**

ii. O BPV (*Basis Point Value*) é uma forma de mensurar o risco de mercado de ativos de renda fixa e verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. O *Delta* mede a variação de preço do ativo subjacente.

Fator de risco	Valores em milhares de Reais	Dez/2019	Jun/2020
BPV	PRE	(10)	**(47)**
	USD on	(71)	**(195)**
	USD off	50	**173**
	EUR on	9	**125**
	EUR off	(35)	**(162)**
FX Delta	USD	(14.192)	**(1.114)**
	EUR	(2.068)	**(1.027)**
	JPY	39	**50**
	GBP	5	**51**

iii. Teste de estresse - Rico de mercado: As métricas de risco utilizadas são submetidas a testes de estresse adicionais com o objetivo de identificar o potencial de perda em condições extremas, como VaR de estresse, e de eventos excepcionais específicos identificados em históricos mais extensos. O quadro abaixo resume a situação das principais medidas utilizadas pela filial brasileira na gestão dos riscos de mercado em situações de estresse.

Valores em milhares de Reais	Dez/2019	Jun/2020
SVaR taxas de juros	30.007	**33.156**
SVaR moeda estrangeira	3.436	**386**
SVaR fechamento do semestre	29.020	**33.160**
SVaR máximo do semestre	36.589	**50.229**
SVaR mínimo do semestre	11.989	**2.489**

iv. Teste de aderência (*Backtest*) - A área de Risco de Mercado utiliza o *backtesting* para determinar a aderência ao modelo de *VaR*, o método constitui em comparar o *VaR* calculado com as perdas ou ganhos financeiros efetivos da posição até o momento. Os dados de *PnL* teórico são inseridos na plataforma global e os resultados do *backtesting* são compilados e divulgados periodicamente.
Risco de crédito - As exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.
Risco de liquidez - A exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial.
Risco operacional - A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.
Gerenciamento de capital - A estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.
A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.
O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

Caixa e equivalentes de caixa	Jun/2020 Circulante	Dez/2019 Circulante
Disponibilidades	**5.333**	4.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**10.985.295**	7.485.880
Total	**10.990.628**	7.490.404

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R$ 10.985.295 (R$ 7.485.880 em dez/2019) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Semestre 2020	Semestre 2019
Receitas da intermediação financeira		**3.695.573**	275.915
Operações de crédito		**230.473**	22.827
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		**353.371**	211.553
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		**1.028.348**	8.610
Resultado de operações de câmbio		**2.083.381**	-
Operações de empréstimos e repasses		**-**	32.925
Despesas de intermediação financeira		**(3.666.191)**	(195.217)
Operações de captação no mercado		**(65.116)**	(75.846)
Operações de empréstimos e repasses		**(3.609.918)**	-
Resultado de operações de câmbio		**-**	(122.489)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	**8.843**	3.118
Resultado bruto da intermediação financeira		**29.382**	80.698
Outras receitas/despesas operacionais		**(29.500)**	(24.978)
Receitas de prestação de serviços		**34.119**	45.424
Despesas de pessoal		**(34.285)**	(27.845)
Outras despesas administrativas	21	**(28.327)**	(27.393)
Despesas tributárias		**(15.493)**	(13.174)
Outras receitas operacionais	22.d	**15.769**	15.946
Outras despesas operacionais	22.e	**(1.283)**	(17.936)
Resultado operacional		**(118)**	55.720
Resultado não operacional		**-**	105
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(118)**	55.825
Imposto de renda e contribuição social	19	**24**	(21.925)
Provisão para imposto de renda		**(12.530)**	(7.614)
Provisão para contribuição social		**(9.988)**	(4.755)
Ativo fiscal diferido		**22.542**	(9.556)
Participações estatutárias no lucro		**(1.452)**	(766)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre		**(1.546)**	33.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre 2020	Semestre 2019
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	**(1.546)**	33.134
(+/-) Resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total	**(1.546)**	33.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Semestre 2020	Semestre 2019
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do semestre	**59.604**	19.418
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	**(1.546)**	33.134
Depreciações e amortizações	**564**	1.700
Baixas no imobilizado	**-**	(12.388)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**60.460**	(3.118)
Outras reservas	**126**	195
Resultado não operacional	**-**	(105)
Variação de ativos e passivos	**3.440.712**	(97.913)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**(1.187.920)**	(351.800)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	**(117)**	(41)
(Aumento) Redução em operações de crédito	**(16.733)**	58.048
(Aumento) Redução em outros créditos	**(12.712.133)**	(11.582.349)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	**(292)**	4
(Redução) Aumento em depósitos	**219.876**	(1.062.438)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	**-**	12.706
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	**5.087.689**	1.756.205
(Redução) Aumento em relações de interdependências	**(19.471)**	18.967
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	**972.754**	55.264
(Redução) Aumento em outras obrigações	**11.098.020**	10.999.107
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	**(961)**	(1.586)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	**3.500.316**	(78.495)
Atividades de investimento		
Alienação (Aquisição) de outros investimentos	**-**	126
Aquisição (Alienação) de imobilizado de uso	**3.286**	3.905
Aquisição (Alienação) de intangível	**(3.378)**	(476)
Caixa líquido originado em atividades de investimento	**(92)**	3.555
Atividades de financiamento		
Aumento (Redução) nos fluxos de caixa	**3.500.224**	(74.940)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**7.490.404**	4.281.081
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	**10.990.628**	4.206.141
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**3.500.224**	(74.940)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários

				Jun/2020
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado
Vinculados a prestação de garantias para negociação				
Cotas de fundos de investimento	**24.618**	**-**	**24.618**	**24.618**
	24.618	**-**	**24.618**	**24.618**
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	**-**	**769.232**	**769.232**	**769.232**
	-	**769.232**	**769.232**	**769.232**

Títulos e valores mobiliários

				Dez/2019
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	113.524	-	113.524	113.407
	113.524	-	113.524	113.407
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Letras do tesouro nacional	598.215	-	598.215	597.408
Cotas de fundos de investimento	20.219	-	20.219	20.219
	618.434	-	618.434	617.627
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	611.363	611.363	611.363
	-	611.363	611.363	611.363

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como mantidos até o vencimento é R$ 805.195 para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão [B3], e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os seus administradores.

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, de acordo com este critério, não foi constituída provisão.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "*hedge*" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- ***Hedge* -** operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação -** operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "*hedge*" de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão [B3], são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, [B3] ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos

					Jun/2020
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Ativo - negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	**-**	**11.583**	**-**	**11.583**	**9.936**
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	**784.603**	**934.579**	**310.759**	**2.029.941**	**2.076.850**
Totais por faixa de vencimento em jun/2020	**784.603**	**946.162**	**310.759**	**2.041.524**	**2.079.503**
Totais por faixa de vencimento em dez/2019	159.022	121.978	23.133	304.133	285.385

Instrumentos financeiros derivativos

					Jun/2020
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Passivo - negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	**(77.118)**	**(92.230)**	**(76.574)**	**(245.922)**	**(237.722)**
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	**(545.009)**	**(663.452)**	**(13.958)**	**(1.222.419)**	**(1.303.523)**
Outros	**(2.498)**	**-**	**-**	**(2.498)**	**(2.498)**
Totais por faixa de vencimento em jun/2020	**(624.625)**	**(755.682)**	**(90.532)**	**(1.470.839)**	**(1.543.743)**
Totais por faixa de vencimento em dez/2019	(225.140)	(214.501)	(58.444)	(498.085)	(430.934)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na [B3], cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Contratos

					Jun/2020
	Futuros	Termo	*Swap*	*Hedge*	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	**10.605.047**	**28.187.119**	**1.235.364**	**-**	**40.027.530**
- Taxa de juros	**29.759.036**	**-**	**43.689**	**-**	**29.802.725**
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	**-**	**-**	**-**	**1.498.553**	**1.498.553**
Total jun/2020	**40.364.083**	**28.187.119**	**1.279.053**	**1.498.553**	**71.328.808**
Total dez/2019	21.278.992	25.781.287	1.298.725	1.505.614	49.864.618

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à [B3], foram requeridas margens no valor de R$ 24.618 (R$ 618.434 em dez/2019), garantidas mediante a vinculação de cotas de fundo de liquidação.

***Hedge* risco de mercado**

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até janeiro de 2022. Os itens objeto de *hedge* são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até novembro de 2021, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de *hedge*		
Futuros - DI	1.449.828	1.498.553
Objeto de *hedge*		
Operações de crédito	118.500	124.110
CDB	1.306.000	1.373.073

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

Resultado com derivativos

	Jun/2020	Jun/2019
Futuros	**9.718**	63.638
Swaps	**(430.987)**	12.854
Termo	**1.450.398**	(67.682)
Outros	**(781)**	(200)
Total	**1.028.348**	8.610

8 Operações de crédito

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito

Setor privado	Jun/2020	Dez/2019
Indústria	**784.375**	741.103
Outros serviços	**179.215**	205.743
Pessoas físicas	**-**	11
Total (*)	**963.590**	946.857

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R$ 2.827 (R$ 1.448 em dez/2019).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor privado	Jun/2020	Dez/2019
Indústria	**1.331.542**	1.541.208
Comércio	**1.753.615**	1.189.220
Outros serviços	**388.338**	309.223
Total	**3.473.495**	3.039.651

Títulos e créditos a receber (Nota 10)

Setor privado	Jun/2020	Dez/2019
Outros serviços	**153.906**	-
Total (*)	**153.906**	-

(*) Em março de 2020 houve vencimento de garantia prestada, convertida em confissão de dívida, no valor de R$ 153.906.

b) Nível de risco

Nível de risco

		Valor da provisão		Valor da carteira	
	%	Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019
AA	0%	**-**	-	**2.028.483**	1.046.571
A	0,5%	**371**	633	**74.216**	126.580
B	1%	**21.651**	25.925	**2.165.107**	2.593.850
C	3%	**1.350**	2.941	**45.008**	98.045
D	10%	**4.139**	3.921	**41.390**	39.211
E	30%	**91.044**	24.675	**236.787**	82.251
Total		**118.555**	**58.095**	**4.590.991**	**3.986.508**

c) Vencimento

Vencimento

	Jun/2020	Dez/2019
A vencer até 90 dias	**1.941.995**	1.065.888
A vencer de 91 a 360 dias	**2.490.933**	2.475.726
A vencer acima de 360 dias	**106.539**	444.894
Vencidas até 180 dias	**51.524**	-
Total	**4.590.991**	3.986.508

d) Movimentação da provisão

Provisão

	Jun/2020	Dez/2019
Saldo inicial	**58.095**	48.252
Constituição	**69.333**	17.737
Reversão	**(8.873)**	(7.894)
Saldo final	**118.555**	58.095

A garantia prestada com vencimento em março de 2020, mencionada na nota explicativa 8.a, tinha provisão para perdas no valor de R$ 68.330, que foi revertida da rubrica de provisão para fianças e garantias prestadas, e reconstituída como provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, quando ocorreu a conversão para confissão de dívida dessa garantia prestada e, como consequência, para fins de comparação adequada, o resultado desta reversão foi classificada na rubrica de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações do resultado.

Em 30 de junho de 2020 existem operações renegociadas no montante de R$ 236.785 (R$ 241.158 em dez/2019).

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio

		Jun/2020		Dez/2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	**25.957.267**	**524.400**	17.509.796	92.284
Direitos sobre venda de câmbio	**15.665.699**	**464.255**	12.329.631	88.384
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	**42.186**	**-**	56.293	-
Total	**41.665.152**	**988.655**	29.895.720	180.668
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	**16.441.890**	**520.298**	12.147.455	87.656
Obrigações por compra de câmbio	**24.171.071**	**464.255**	17.635.765	88.384
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	**(3.431.309)**	**-**	(2.983.358)	-
Total	**37.181.652**	**984.553**	26.799.862	176.040

10 Outros créditos - Diversos

Créditos diversos

		Jun/2020		Dez/2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos a compensar	**11.948**	**5.136**	25.020	4.848
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	**9**	**140.539**	-	139.841
Adiantamentos a funcionários e terceiros	**1.670**	**-**	1.069	-
Títulos e créditos a receber (Nota 8) (*)	**153.906**	**-**	-	-
Devedores diversos país	**96**	**3.732**	318	4.393
Total	**167.629**	**149.407**	26.407	149.082

(*) Em março de 2020 houve vencimento de garantia prestada, convertida em confissão de dívida, no valor de R$ 153.906.

11 Créditos tributários

O saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social existentes em 30 de junho de 2020, no montante de R$ 100.012 (R$ 97.278 em dez/2019) decorre basicamente de diferenças temporárias, assim consideradas as despesas apropriadas no resultado do semestre e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja exclusão ou compensação fiscal futura encontra-se expressamente prevista na legislação tributária vigente. Essas diferenças temporárias estão, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito, estoque a realizar de diferença de curvas no cálculo de derivativos futuros registrados na [B3], ajustes a valor de mercado e provisões para contingências fiscais.

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2020 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos

	31/12/2019	Adições	Baixas	30/06/2020
Outras provisões temporárias	63.476	32.098	(8.046)	**87.528**
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	7.358	16.033	(23.391)	**-**
IR/CS diferido	26.444	32.250	(46.210)	**12.484**
Total	97.278	80.381	(77.647)	**100.012**

Não há saldo de provisões temporárias passivas em 2020 (R$ 19.808 em dez/2019).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2020 está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário

	Jun/2020
Ano-calendário 2020	**67.939**
Ano-calendário 2021	**20.779**
Ano-calendário 2022	**10.813**
Ano-calendário 2023	**-**
Ano-calendário 2024	**480**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**100.012**

Em 30 de junho de 2020, o valor presente dos créditos tributários é de R$ 95.981 (R$ 92.584 em dez/2019), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos exercícios.

12 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações

					Jun/2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista	**998**	**-**	**-**	**-**	**998**
Depósito interfinanceiros	**-**	**141.775**	**260.151**	**-**	**401.926**
Depósito a prazo	**-**	**1.180.786**	**700.318**	**356.800**	**2.237.904**
Total por faixas de vencimento em jun/2020	**998**	**1.322.561**	**960.469**	**356.800**	**2.640.828**
Total por faixas de vencimento em dez/19	473	765.015	1.517.801	137.663	2.420.952

13 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação no montante de US$ 1.623.661 (US$ 1.226.101 em dez/2019) que representa R$ 8.890.193 (R$ 4.941.311 em dez/2019), a taxa de juros de até 5,97% ao ano e vencimentos até maio de 2021, repasses do exterior, no montante de US$ 204.332 que representa R$ 1.118.797 (R$ 1.023.853 em dez/2019), a taxa de juros de até 3,79% ao ano e vencimentos até junho de 2021 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US$ 847.130 (US$ 811.194 em dez/2019) que representa R$ 4.705.525 (R$ 3.661.662 em dez/2019), a taxa de juros de até 0,2% ao ano com vencimentos até julho de 2020.

14 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias

	Jun/2020 Circulante	Dez/2019 Circulante
Impostos e contribuições a recolher	**4.527**	8.366
Imposto de renda e contribuição social	**22.024**	21.162
Impostos e contribuições diferidos	**-**	19.808
Total	**26.551**	49.336

15 Outras obrigações - Diversas

Obrigações diversas

		Jun/2020		Dez/2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para despesas de pessoal	**9.596**	**1.101**	14.498	1.229
Provisão para perdas com avais e fianças	**-**	**580**	68.473	1.410
Diversos	**21.250**	**898**	18.088	397
Total	**30.846**	**2.579**	101.059	3,036

16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2019	Adições	Baixas/ Reversões	30/06/2020
Trabalhistas	65	-	-	**65**
Fiscais	47.238	1.518	(359)	**48.397**
Total	47.303	1.518	(359)	**48.462**

b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível:* a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R$ 27.289 (R$ 26.799 em dez/2019). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em Maio/19.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R$ 12.556 (R$ 12.364 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R$ 6.476 (R$ 6.419 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R$ 6.180 (R$ 6.136 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de *swap* (fins de *hedge*), no valor de R$ 3.272 (R$ 3.220 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R$ 9.538 (R$ 9.880 em dez/2019).

Obrigações legais: representadas, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisões" conforme balanço patrimonial. As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R$ 10.253 (R$ 10.093 em dez/2019) e PIS e COFINS contingencial no montante de R$ 24.655 (R$ 24.382 em dez/2019), ISS sobre avais e fianças no montante de R$ 8.254 (R$ 7.414 em dez/2019), IRPJ/CSLL sobre ganhos na desmutualização da BMF/Bovespa no montante de R$ 2.197 (R$ 2.178 em dez/2019) e processos de natureza trabalhista/ previdenciária no montante de R$ 3.038 (R$ 3.171 em dez/2019). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R$ 26.488 (R$ 26.196 em dez/2019), depósitos vinculados a Anistia R$ 19.515 (R$ 19.402 em dez/2019), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R$ 25.594 (R$ 25.297 em dez/2019), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R$ 6.052 (R$ 5.988 em dez/2019), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R$ 5.954 (R$ 5.863 em dez/2019), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R$ 12.556 (R$ 12.364 em dez/2019), e PIS (08 a 12/2004) e COFINS - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de *hedge*", no montante de R$ 30.561 (R$ 30.019 em dez/2019). O saldo remanescente de R$ 13.826 (R$ 14.712 em dez/2019) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

17 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição

			Jun/2020			Dez/2019
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Operações de crédito	**4.254.125**	**-**	**105.191**	3.162.538	-	61.751
Empréstimos do exterior	**-**	**4.249.564**	**(97.138)**	-	3.159.504	(57.356)

O resultado líquido com operações vinculadas é de R$ 8.053 (R$ 4.395 em 2019).

Em 30 de junho de 2020 o saldo de operações ativas vinculadas em atraso é de R$ 51.524.

18 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R$ 489.835 (R$ 489.835 em dez/2019), referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial.

Conforme Deliberação em 27 de dezembro de 2019, houve aprovação de aumento de capital no valor de R$ 31.575 homologado pelo Banco Central em 06 de abril de 2020. A totalidade do aumento de capital é referente a capitalização de juros de capital próprio.

19 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

		Jun/20		Jun/19
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	**(118)**	**(118)**	55.825	55.825
(-) Participações nos resultados	**(1.452)**	**(1.452)**	(766)	(766)
Resultado antes dos impostos ajustado	**(1.570)**	**(1.570)**	55.059	55.059
Adições ou exclusões temporárias	**66.550**	**66.550**	(10.185)	(10.185)
Ajuste contábil referente futuros	**115.057**	**115.057**	6.500	6.500
Ajuste MTM *swap* e títulos públicos	**(31.021)**	**(31.021)**	(15.146)	(15.146)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(8.843)**	**(8.843)**	9.504	9.504
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	**(680)**	**(680)**	(3.330)	(3.330)
Provisão para gratificações	**(7.477)**	**(7.477)**	(7.300)	(7.300)
Outras adições e exclusões diversas	**(486)**	**(486)**	(413)	(413)
Adições ou exclusões permanentes	**383**	**383**	412	412
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	**(16.351)**	**(16.351)**	(13.586)	(13.586)
Base tributável	**49.012**	**49.012**	31.700	31.700
IR (alíquota 15%) e CS (alíquota 20%) (*)	**(7.455)**	**(9.940)**	(4.755)	(4.755)
Adicional de IR (alíquota 10%)	**(4.958)**	**-**	(3.158)	-
Redução de imposto por incentivos	**329**	**-**	299	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**(12.084)**	**(9.940)**	(7.614)	(4.755)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	**(446)**	**(48)**	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(12.530)**	**(9.988)**	(7.614)	(4.755)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	**(31.021)**	**(31.021)**	(15.147)	18.710
Provisões não dedutíveis temporariamente	**(17.463)**	**(17.463)**	(1.732)	(91.985)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	**(16.351)**	**(16.351)**	(13.586)	39.771
Outras diferenças temporárias	**114.929**	**114.929**	6.576	(10.588)
Base tributável diferida	**50.094**	**50.094**	(23.889)	(44.092)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**12.524**	**10.018**	(5.972)	(3.583)

(a) Valores de processos com discussão de IRPJ e CSLL de períodos anteriores.

(*) Em 2019 a alíquota da CSLL era de 15%.

20 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(Passivo)

		(Em milhares de Reais)	
	Grau de relação	2020	Dez/2019
Depósito em moeda estrangeira	Controladora	**1.764**	1.952
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	**(998)**	(473)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	**(260.151)**	(261.907)
Empréstimos no exterior	Controladora	**(14.267.783)**	(9.290.911)
Outros créditos - câmbio	Controladora	**32.567.821**	24.507.650
Outras obrigações - câmbio	Controladora	**(32.544.338)**	(24.452.059)

Receitas/(Despesas)

		(Em milhares de Reais)	
	Grau de relação	2020	Jun/2019
Resultado de câmbio	Controladora	**(453.018)**	(148.903)
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	**157**	157
Receita de prestação de serviços	Controladora	**23.080**	24.213
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	**-**	(9)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	**(4.304)**	(7.708)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	**(1.778.261)**	(93.109)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R$ 4.344 (R$ 3.104 em jun/2019) de remuneração fixa, e de R$ 1.820 (R$ 1.473 em jun/2019) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo, conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo "*Long-Term Sustainable Performance Plan*", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R$ 126 (R$ 195 em jun/2019), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

21 Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	Jun/2020	Jun/2019
Serviços prestados por parte relacionada	**(9.117)**	(7.234)
Processamento de dados	**(5.015)**	(4.508)
Serviços técnicos especializados	**(2.306)**	(4.317)
Aluguel	**(2.038)**	(2.172)
Serviços do sistema financeiro	**(3.080)**	(1.980)
Depreciação e amortização	**(564)**	(1.700)
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	**(512)**	(743)
Manutenção e conservação de bens	**(540)**	(713)
Despesas de transporte e viagem	**(220)**	(453)
Serviços de terceiros	**(151)**	(177)
Seguros, água, energia e gás	**(144)**	(102)
Outras despesas administrativas	**(4.640)**	(3.294)
Total	**(28.327)**	(27.393)

22 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R$ 823.357 (R$ 976.420 em dez/2019). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2020, o valor do índice de Basileia era de 14,58% (16% em 2019).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 totalizaram R$ 684 (R$ 603 em jun/2019), conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R$ 1.778 (R$ 2.394 em jun/2019), variações monetárias ativas de créditos a compensar R$ 14 (R$ 397 em jun/2019), comissão sobre compromisso de crédito R$ 392 (R$ 685 em jun/2019), reserva de crédito de previdência privada R$ 4.705 em jun/2019 e outras rendas no valor de R$ 13.585 (R$ 7.765 em jun/2019).

e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais no montante de R$ 650 (R$ 389 em jun/2019), provisão para garantias prestadas R$ 20 (R$ 12.622 em jun/2019), e outras despesas R$ 613 (R$ 4.925 em jun/2019).

23 Informações suplementares

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19. Durante este período, o ING Brasil, seguindo orientações dadas a todos os países onde o grupo atua, tomou todas as medidas necessárias para garantir a segurança de seus colaboradores e a continuidade no atendimento de qualidade aos seus clientes. O ING Brasil conduziu criteriosas análises de risco e crédito no intuito de detectar possíveis deteriorações na carteira de clientes, do ponto de vista financeiro e operacional. Como resultado deste trabalho contínuo, e até o presente momento, os efeitos do COVID-19 não foram relevantes para impactar o resultado do banco. Dessa forma, o aumento nas provisões de crédito observado no período não está diretamente ligado aos efeitos da pandemia. O banco permanece atento e monitorando continuamente os impactos da pandemia a fim de se antecipar a qualquer risco apresentado.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

ING BANK N.V.
CNPJ nº 49.336.860/0001-90

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	
Ver notas explicativas 3e, 8b e 8d das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e, 8b e 8d, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas demonstrações financeiras é de R$ 118.555 mil, o Banco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas inerentes ao processo para determinação da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, à complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, de avaliação dos níveis de risco ("*ratings*") dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos (i), com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias e premissas utilizadas para as provisões e (ii) o cálculo aritmético, incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3e, 8b e 8d estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários	
Ver notas explicativas 3c, 3d, 6 e 7 das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3c, 3d, 6 e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam R$ 2.041.524 mil (ativo) e R$ 1.470.839 mil (passivo), e os títulos e valores mobiliários totalizam R$ 793.850 mil. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração. Os ativos financeiros classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação considerando as metodologias e premissas utilizados. Desta forma, devido ao alto nível de julgamento envolvido na mensuração do valor de mercado e na avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável desses instrumentos financeiros, consideramos como um assunto significativo em nossa auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chaves implementados pelo Banco para mensuração do valor de mercado e avaliação dos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros. Com base em uma amostra de instrumentos financeiros, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado, com o uso de parâmetros independentes para a sua precificação. Recalculamos, por amostragem, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, bem como analisamos as políticas e os critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros classificados na categoria "Mantidos até o vencimento". Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3c, 3d, 6 e 7 estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8